

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
DECÊNIO 2024-2034 (PL 2614/24)**

Aprova o Plano Nacional de
Educação para o decênio 2024-
2034.

Apresentação: 19/05/2025 20:35:24.350 - PL2614/24
EMC 2122/2025 PL2614/24 => PL 2614/2024
EMC n.2122/2025

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____, DE 2025

Altera a Estratégia 18.10 no Tema 18, do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o Plano Nacional de Educação para o período de 2024 a 2034, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Estratégia 18.10: Alinhar a legislação orçamentária (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) às disposições dos planos nacional e subnacionais de educação, prevendo, na educação básica, os investimentos necessários para a consecução do CAQi/CAQ.

JUSTIFICATIVA

A emenda proposta visa transformar diretrizes genéricas de financiamento educacional em compromissos orçamentários concretos, vinculando explicitamente a implementação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) aos instrumentos de planejamento fiscal, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ao incorporar esses parâmetros como base técnica para o cálculo dos recursos necessários à educação básica, a proposta supera a histórica desconexão entre as metas dos planos educacionais e a alocação efetiva de verbas, garantindo que as demandas por qualidade e equidade tenham suporte financeiro adequado.

Além disso, a medida fortalece o regime de colaboração entre União, estados e municípios ao estabelecer critérios comuns de financiamento, fundamentados no CAQi/CAQ, que orientarão a distribuição de recursos em todo o território nacional. Isso não apenas promove transparência na gestão dos fundos públicos, mas também assegura que as metas do Plano Nacional de Educação (2024-2034) sejam acompanhadas de meios financeiros robustos para sua plena execução. Ao ancorar o orçamento em parâmetros consolidados, a



emenda busca evitar que as políticas educacionais sejam comprometidas por inconsistências orçamentárias, garantindo maior previsibilidade e eficácia na aplicação dos investimentos em educação ao longo da próxima década.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em 14 de maio de 2025.

Luizianne Lins

Deputada Federal - PT/CE

